

O MODELO NA RELAÇÃO DO ENSINO COM A APRENDIZAGEM

RESUMO INDIVIDUAL

ORIENTADO POR:

DOUTORA MARIA IVONE GASPAR

ELABORADO POR:

JOSÉ CARLOS MOTA

A leitura do documento proposto torna óbvio que, se há crise na escola e na educação (e parece que este é o estado crónico há muito tempo), ela não se deve, certamente, à falta de reflexão e produção teórica nos mais diversos campos que sobre elas se debruçam.

Mas onde deve o professor colocar-se face a essa produção teórica e a esse património do pensamento sobre Educação, admitindo que os vários pressupostos identificados se situam a níveis diferentes? A Filosofia, pela sua natureza e abrangência, fornece tradicionalmente os modelos que enquadram o desenvolvimento da investigação e das construções teóricas das outras áreas, sejam elas mais do campo das ciências humanas ou das ciências exactas, para utilizar uma classificação simples (e aqui se incluem, por muito importantes até na reflexão sobre Educação, a Política e a Economia). A Pedagogia, no outro extremo da escala (no que à Educação se refere), nas várias perspectivas que oferece, representa já uma síntese integradora das contribuições de áreas muito diversificadas, propondo modelos de actuação que procuram ser completos em si mesmos e estão já muito direccionados para uma operacionalização prática.

Assim, em meu entender, não é muito relevante, descontando as idiossincrasias ou interesses particulares, que um professor desenvolva grandes conhecimentos teóricos na área da Filosofia, da Sociologia ou da Psicologia ligadas à Educação, não só pela dimensão e dificuldade da tarefa, mas porque a Pedagogia lhe proporciona um quadro de referência rico e fundamentado para o desenvolvimento da sua actuação.

Até porque o professor tem, face aos modelos pedagógicos que têm sido sucessivamente propostos, ainda muito trabalho a fazer até chegar à prática concreta de ensinar. Tem, sobretudo, que escolher: primeiro, a abordagem global que vai mais de encontro às suas próprias ideias sobre o papel da escola e ao fenómeno da aprendizagem, sem esquecer as suas características e competências pessoais; depois, e em vários momentos, quais as práticas mais adequadas às circunstâncias em que decorre o ensino e a aprendizagem – alunos, contexto, conteúdos, etc. – acreditando, como creio ser mais ou menos pacífico, que não há modelos que sejam bons ou maus em absoluto, mas sim que há uns mais adequados e mais eficientes do que outros tendo em conta circunstâncias específicas.

Socorro-me, aqui, de uma citação de Nathaniel Gage presente no texto¹, e que me pode ajudar a clarificar, um pouco, a perspectiva que tenho do trabalho do professor e da sua relação com os pressupostos em discussão:

A arte de ensinar é uma arte instrumental ou prática e não uma das belas-artes que tem como objectivo último a criação da beleza. Enquanto arte instrumental, o ensino é algo que se afasta de receitas, fórmulas ou algoritmos. Requer improvisação, espontaneidade, o lidar com múltiplas possibilidades relativas à forma, ao estilo, à cadência, ao ritmo e à adequabilidade de modos tão complexos.

Ao contrário das produções teóricas formais, incluindo as da Pedagogia, que se constituem basicamente pela diferença e pela exclusão (cada uma pretende constituir-se como visão global, completa, e diferente das outras), a acção do professor constitui-se a partir da amálgama que vai construindo com base em elementos e aspectos que, nas várias abordagens, lhe vão úteis ao trabalho que quer desenvolver, combinando, adaptando e reconciliando numa visão integradora aquilo que, nas suas versões puras, é frequentemente apresentado como contraditório ou conflituante. Assim, a fundamentação teórica da prática de um professor passará, sobretudo, por conhecer as abordagens pedagógicas mais representativas, tendo consciência dos seus pontos fortes e das suas limitações, ou seja, sabendo o que quer conseguir e o que pode esperar quando utiliza uma determinada abordagem em vez de outra, tendo em conta as aprendizagens que quer promover, o tempo de que dispõe, as características dos seus alunos, etc., de modo a que a improvisação, a espontaneidade ou essa amálgama de que falo não redundem num total desnorte e numa prática a muitos títulos caótica.

O pensamento sobre a educação, como resulta claro da vasta panorâmica que o artigo apresenta, acompanhou a evolução das ideias relativamente aos indivíduos e à sociedade, seja ao nível filosófico, psicológico, político-económico ou sociológico: do Iluminismo e da crença na Razão à

¹ Não me foi possível determinar a exactidão desta referência. Pelo conteúdo e sentido do texto, ela parece pertencer a Gage (1984), citado em Arends (1995). Contudo, nenhum destes autores aparece nas referências bibliográficas, pelo que pode dar-se o caso de ser uma perspectiva avançada, em primeiro lugar, por Gage, e depois desenvolvida por Arends, sendo este o autor do excerto citado.

Revolução Industrial e ao estabelecimento do pensamento científico, fundadas na certeza do progresso e do conhecimento; da crise que o Modernismo exprimiu, recuperando muito do pensamento romântico e estilhaçando as visões clássicas do ser uno e das verdades universais, às perspectivas estruturalistas, que acreditavam utopicamente poder reconstituir as certezas conferindo uma espécie de “cientificidade” a todas as áreas do saber, através da elaboração da “gramática” relativa a cada uma delas, derivada do modelo da linguagem; da visão existencialista e humanista à angústia pós-moderna da fragmentaridade e da transitoriedade, e à sua natureza relativista e combinatória. Neste percurso, o pêndulo foi oscilando entre alguns binómios relativos à perspectiva sobre a sociedade, ao papel da escola, aos indivíduos e à aprendizagem: pendor mais individualista ou mais colectivo/social; ênfase mais no inato ou no adquirido, i.e. perspectivas mais biológicas ou mais culturais do ser humano; uma escola mais promotora do desenvolvimento pessoal ou mais virada para a qualificação de uma força de trabalho produtiva; uma visão da aprendizagem mais como o absorver de um património de saber acumulado e a reprodução de práticas e comportamentos ou como o desenvolver de competências e conhecimentos que permitam a acção autónoma e criativa no mundo, dando especial relevo ao pensamento crítico e à inovação.

Do ponto de vista dessa evolução, existem aspectos marcantes que configuram o consenso possível do que hoje se consideram alguns princípios fundamentais em Educação, considerando que, dos três tipos avançados por Lamm (1976) para caracterizar as teorias de ensino - a lógica monista da imitação, a lógica monista da moldagem e a lógica pluralística do crescimento – é este último que prevalece na actualidade.

Alguns desses aspectos atravessaram os tempos e sobreviveram às profundas mudanças a que assistimos no século XX, outros resultaram de mudanças radicais nas perspectivas relativas ao indivíduo, à aprendizagem e à escola. Refiro, em seguida, aqueles que me parecem fundamentais, sem quaisquer ambições de exaustividade.

Temos, no primeiro caso, os conceitos de autonomia individual, do ensino como adestramento da capacidade de julgar autonomamente, da relação entre educação e liberdade, do processo educativo/formativo como *Bildung* e emancipação, provenientes da matriz racionalista. A relevância e actualidade destas noções parecem-me indiscutíveis, mas, numa perspectiva mais pessoal, têm ainda um acréscimo de importância por não confinarem a educação/formação global dos indivíduos à escola, como tem vindo tendencialmente a acontecer na nossa sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, por exemplo, a viagem, o conhecer e interagir com outras culturas e formas de pensar era visto como um elemento fundamental na formação dos indivíduos, num tempo em que viajar levantava, certamente, dificuldades tremendas. Mas esta importância dada ao “estar no mundo”, ao olhar e

conhecer para além dos limites do meio restrito em que nos movemos parece-me ser algo que importa recuperar, tendo, naturalmente, consciência de será necessário encontrar novas formas, adequadas ao mundo actual, e que podem passar também, como acontece noutros países, por experiências de trabalho.

Outro aspecto que me parece relevante provém da matriz existencialista, e da sua afirmação quase radical da liberdade do ser humano. O interessante nesta perspectiva é não associar a liberdade ao direito de o indivíduo fazer o que deseja, mas sim à responsabilidade de a exercer e ao dever de agir. É inevitável lembramo-nos, aqui, da famosa interpelação de John F. Kennedy no seu discurso inaugural ao povo americano em 1961: “*Ask not what your country can do for you; ask what you can do for your country*”. Esta noção da responsabilidade individual e do dever de agir, aliás, tem raízes profundas na cultura anglo-saxónica (e também, embora de formas um pouco diferentes, na cultura germânica), e parece-me fundamental no quadro de uma ética da cidadania, noção cara à Educação como a entendemos hoje.

Por último, refiro a perspectiva pragmatista de Peirce que, dos finais do século XIX, nos oferece algumas noções muito produtivas, como sejam a pressuposição do carácter eminentemente social do eu e a importância das implicações práticas do conhecimento, valorizando a experiência. A ideia do conhecimento como construção social e a reconciliação entre mente e corpo, que conduziu à inclusão dos sentimentos, desejos e interesses no olhar sobre o ser e a sua acção no mundo, levaram a uma ideia da aprendizagem como tendo um carácter eminentemente social e uma importante base empírica, aspectos que me parecem ser bastante actuais.

Relativamente ao segundo grupo, o das perspectivas que alteraram significativamente as circunstâncias do pensamento sobre Educação, poderia começar pela Psicologia e por uma linha que inclui Piaget, Bruner e Vigotsky, que configura as chamadas abordagens psicossociais e socioculturais, de raiz construtivista. Desde logo porque, como refere Ferreira, “[ao longo do tempo] o discurso psicológico no campo educativo tem vindo a privilegiar as relações entre o ensino e a aprendizagem como alvo central de estudo”. O enfoque nesta relação e nesta interdependência é a base de todo o pensamento actual em Educação, e abriu as portas a uma transformação total na reflexão sobre o papel e a acção do professor. Depois, porque ao encararem a aprendizagem como um processo pessoal, mas com uma forte dimensão social, estas abordagens revolucionaram as práticas e as formas de comunicação em sala de aula. Por último, e não menos importante, porque ao simultaneamente perspectivarem a aprendizagem como uma construção activa de significados e ao centrarem esse processo no aprendente obliteraram, por assim dizer, a perspectiva secular do professor como detentor

de um conhecimento já estruturado e acabado, que deve ser transmitido a receptores passivos, que o deverão reproduzir.

Do campo da Psicologia chegaram, ainda, outras contribuições importantes: a questão da motivação e das suas implicações profundas na aprendizagem, ligada também à problemática do auto-conceito e da sua importância no desempenho dos aprendentes, na linha do que defende Bandura; e a noção de inteligências múltiplas e, neste aspecto particular, a importância crescente dada à inteligência emocional e ao papel dos afectos na aprendizagem, que levantaram um vasto leque de novas questões, por exemplo, nas práticas de avaliação.

No campo da Sociologia, a perspectiva da Educação como um processo que se desenvolve ao longo da vida dos indivíduos, e que tem sido designado por aprendizagem ou educação ao longo da vida, substituiu, com consequências de grande alcance, a noção de que a aprendizagem termina quando termina a escola (mais cedo para uns do que para outros), abrindo perspectivas a um desenvolvimento pessoal contínuo independentemente da idade e a grandes mudanças na acção das instituições educativas.

Outro dos aspectos de grande valor provenientes desta área de saber é a reflexão sobre a interculturalidade e a multiculturalidade, e a sua relação com a escola e a educação. Num mundo em que a globalização parece ser a força motriz mais importante, e em que as sociedades são cada vez mais heterogêneas do ponto de vista cultural e étnico, é desta reflexão que podem nascer (e têm nascido) várias respostas eficazes e produtivas para abordar alguns dos factores-chave da educação contemporânea.

Finalmente, a reflexão sociológica trouxe, também, clareza e consciência relativamente às condicionantes sociais no que se refere ao desempenho escolar e à relação dos indivíduos com a escola e a aprendizagem, ajudando a Escola a compreender melhor as variáveis que tem que considerar na sua relação com a comunidade e com os alunos que recebe, e destruindo muitas das ideias que sustentavam o papel da escola como um factor de discriminação social e de manutenção e agravamento das desigualdades.

Hoje, de uma forma ou de outra, a herança de todos os discursos sobre a educação e a aprendizagem coexistem na escola pós-moderna, seja ao nível das políticas, da organização do sistema educativo, dos desenhos curriculares, dos programas e respectivas orientações metodológicas, ou das práticas pedagógicas dos professores. Não é difícil encontrar sinais claros da “escola liberal”, da “escola para a democracia” e do seu desenvolvimento, a “escola para a cidadania”, ou da “escola vocacional” em qualquer dos planos acima referidos. É precisamente dessa coexistência, não isenta de contradições, que emergem algumas das dificuldades da escola actual em definir claramente o seu

papel e a sua actuação. Com a dificuldade adicional de muitas das tarefas e responsabilidades até há pouco tempo distribuídas por vários sectores e agentes da sociedade no respeito à educação e à formação de crianças e jovens estarem a ser, cada vez mais, transferidas para a escola, ainda organizada segundo um modelo que, em muitos aspectos, não difere muito do que tinha na sociedade industrial.

Num cenário deste tipo, penso que cabe ao professor ser, fundamentalmente, e na linha da citação que referi de Nathaniel Gage, alguém capaz de, em cada situação, mobilizar as práticas mais adequadas às circunstâncias e aos objectivos da sua acção, e não o discípulo fiel de uma qualquer abordagem à qual tenta moldar todas as realidades com que interage. Como agente importante na construção desses meios ambientes em que os estudantes interagem e aprendem a aprender, como refere Dewey, ele deve preocupar-se, sobretudo, em explorar todas as abordagens que lhe pareçam poder facilitar e promover a formação global dos estudantes, não esquecendo também que tem uma função importante na modelagem de comportamentos, atitudes e valores. Isso implica, naturalmente, ter uma cultura pedagógica adequada; mas implica, também, aquilo de que sempre se fala muito pouco, que é um projecto de desenvolvimento pessoal que passe por uma reflexão constante sobre as suas práticas e as suas crenças, e a capacidade para utilizar a sua experiência como fonte de conhecimento e de aperfeiçoamento.